

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

---

A obra literária de Sousa Costa

ARTUR ANSELMO

---



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2020



# A obra literária de Sousa Costa

ARTUR ANSELMO

Volta-não-volta, a propósito de escritores que tiveram popularidade em vida mas cuja obra, após a sua morte, deixou de ser reeditada e lida apenas em círculo restrito, vem à conversa um livro de Mayer Garção, publicado em 1924. Intitula-se *Os esquecidos* e procura reabilitar a memória literária de escritores injustamente ignorados do público leitor, tais como Costa Alegre, Beldemónio, José Duro, Moniz Barreto, Alfredo Serrano, Guilherme Braga ou Silva Pinto. Já em nossos dias, seguiram as pisadas de Mayer Garção, entre outros, um Pedro da Silveira e um António Manuel Couto Viana, os quais, nos seus trabalhos de investigação memorialística, ressuscitaram não poucos escritores caídos no olvido. Vem a talhe de foice lembrar que a regra do “Purgatório das ideias”, glosada, com a sagacidade nele habitual, por António Sardinha, atinge indistintamente todos os autores partidos deste mundo, por muito cuidadosos que alguns tenham sido, durante a vida terrena, no preparo da sua glória *post-mortem*. E se uns tantos acabam a ser devidamente valorizados pela posteridade, outros há que ficam esquecidos, aparentemente sem razão substantiva, ou, pior ainda, substituídos no imaginário colectivo por viventes de baixo coturno.

Dizendo isto, estou a pensar no “esquecido” Sousa Costa, precisamente no cinquentenário da sua morte. Nascido em 1879 e falecido em 1961, sócio da Academia das Ciências desde 1916, deixou-nos uma obra portentosa de ficcionista, de cronista e de memorialista. Conhecedor, como poucos, da terra portuguesa continental e insular, a que dedicou centenas de páginas de uma geografia literária tão variada como original, repartiu a sua vida, principalmente entre Vila Pouca de Aguiar (onde nasceu), Coimbra (onde se formou em Direito em 1909), Lisboa (no desempenho de funções na magistratura, como delegado do Ministério Público e secretário do Tribunal do Comércio) e Porto (cidade onde foi colocado, em 1932, no Tribunal das Execuções Fiscais e onde se aposentou). A sua formação de jurista levou-o, desde muito novo, a preocupar-se com os problemas da delinquência juvenil: redigiu o relatório do decreto que criou as Tutorias da

Infância, em 1911, e trouxe para um dos seus livros de ficção muita da sua experiência nesta área, documentada, por exemplo, na novela *Como se faz um ladrão*. Aliás, um dos traços mais insinuantes do ficcionismo de Sousa Costa – também presente nas reportagens que assinou – é a desconfiança com que aprecia os depoimentos das testemunhas de acontecimentos investigados pela Justiça. A experiência acumulada em milhares de interrogatórios forenses leva-o a considerar suspeitos, por natureza, todos os juízos formulados pelas testemunhas. Num dos seus romances, intitulado *Fui eu que matei?*, a vítima e personagem principal, acusada de parricídio, tendo conseguido provar a sua inocência, vê as testemunhas mudarem de opinião com toda a facilidade, depois de terem inventado as maiores calúnias.

A obra literária de Sousa Costa inclui 15 romances, 3 livros de contos e 2 novelas, 4 peças de teatro, 8 livros de crónicas e viagens e 11 livros de evocações históricas. Estes últimos, que tiveram enorme ressonância quando foram publicados, são talvez os menos esquecidos: de facto, quem alguma vez tenha procurado entender as calamitosas circunstâncias da nossa “guerra dos cem anos” (aproximadamente desde 1834 até ao fim da 1.<sup>a</sup> República, em 1926) certamente terá lido as famosas *Páginas de sangue* que Sousa Costa enfeixou em quatro títulos: *Branhões, Marçais e C.ia* (1919), *Buíças, Costas e C.ia* (1932), *Heróis desconhecidos* (1935) e *Heróis, Santos e Pecadores* (1939). São, indiscutivelmente, documentos impressionantes (sobretudo os dois primeiros) de uma realidade histórica que hoje, felizmente, nos parece um pesadelo irrepetível. “Páginas de Sangue!... – exclamava, no seu posto de jornalista, o velho Conselheiro Fernando de Sousa – Que série de crimes, de violências, de actos de loucura! Que cegueira e desorientação das paixões políticas de monárquicos e republicanos!”

A matéria, apesar de escabrosa, merecia que alguém a desenterrasse e lhe desse nova sepultura nas páginas de um ou mais livros. Tarefa morosa, que levou o autor, após a publicação de *Buíças, Costas e C.ia*, a desabafar:

Dos meus dez leitores fiéis, à certa nem três darão fé do trabalho, em anos seguidos, compilado nestas trezentas e tal páginas. E embora largo o dispêndio de trabalho, no fito de não estirar o volume, de o reduzir ao mínimo de páginas em relação ao máximo de factos – percorrento os dois lustros das 23 insurreições, dos 6 chefes de Estado, com os seus 36 ministérios e quase

500 ministros – não realizei senão uma obra índice, um livro esquemático, o esqueleto de um livro.

Mas, já agora, o esqueleto não terá mais os atributos e predicados do corpo vivo. Com o segundo volume das *Páginas de sangue* despeço-me deste género de literatura, difícil para quantos o abordam, pelo esforço na recolha de matérias-primas, pela selecção no seu apuramento cauteloso, pela fisionomia monótona de certos actos constantemente repetidos, pela divulgação de episódios essenciais fora das épocas que os produziram, pela precisão no inalterável equilíbrio sob a ressaca de interesses e paixões – difícil para mim, acima de tudo, pela obrigação incondicional de sujeitar a índole às algemas do facto averiguado, a índole nascida para os movimentos livres no campo aberto da fantasia (pág. 369).

Embora o autor promettesse despedir-se “deste género de literatura”, não cumpriu a promessa, e, três anos volvidos sobre a publicação do *Buíças*, horrorizado com o sectarismo político que fizera do país um teatro sanguinário, retomava o fio à meada, com o volume *Heróis desconhecidos*, não tanto para corrigir o que escrevera antes (“Portugal – dizia Sousa Costa –, visto lá de fora, através do meu livro, assume a aparência de vasto manicómio, os loucos furiosos trucidando-se à mão armada”), mas para enaltecer aqueles e aquelas a quem chamou “heróis desconhecidos”. E caracteriza-os assim:

Não foram citados na ordem-do-dia das consagrações jornalísticas. Não desceram à praça pública na hora compensadora da distribuição de prémios. Daí o terem ficado, a despeito das suas fulgurantes virtudes, na penumbra dos desconhecidos – e dos esquecidos (pág. vi).

São maqueiros da Cruz Vermelha, bombeiros e escoteiros, jornalistas e telefonistas, cabecilhas revolucionários arrependidos de terem semeado o pânico nas ruas, mulheres destemidas que enfrentam as multidões ululantes e as dominam com energia. Sousa Costa a todos cobre com o seu manto de compreensão, arriscando-se a que os republicanos o tomem por monárquico e os monárquicos por republicano. Nada mais fácil de explicar: o repórter, que, não por acaso, também era juiz, podia exclaimar: “Cada sector, melhor, cada sectário, só tem por

direita, e firme, e provada, a culpa em registo na folha-corrída dos contrários, por mais que essa culpa esteja em desavença com a lei vestida de equidade” (pág. vii). Neste ponto, verdadeiro ponto-de-honra para Sousa Costa, poucos cultores da ficção histórica e da própria História o excederam, no seu tempo, em matéria de objectividade e de isenção política, como, de resto, era timbre (então como hoje) na maior parte dos sócios da Academia das Ciências, mau grado as dificuldades de coabitação da Casa do Duque de Lafões com alguns próceres exaltados da República.

Recordo, a propósito, que Sousa Costa foi admitido na Academia quando tinha apenas 37 anos. Nessa altura (estávamos em 1916) era apenas conhecido como autor dos romances *Fruto proibido* (1909), *Sempre virgem* (1911) e *Coração de mulher* (1915) e do ensaio *A mulher na Renascença e a mulher actual* (1911). O parecer acerca da sua candidatura a sócio-correspondente é redigido por Júlio Dantas (o original autógrafo da minuta está no processo académico de Sousa Costa) e assinado também por David Lopes, Coelho de Carvalho, Henrique Lopes de Mendonça, Leite de Vasconcelos, Cristóvão Aires e Cândido de Figueiredo. Curiosamente, comparando o texto original do parecer com o que foi publicado a págs. 290-291 do volume X do *Boletim da Segunda Classe*, verifica-se a eliminação da única nota restritiva feita aos méritos literários do candidato: onde Dantas escrevera “Possui a exuberância, a veemência, a paixão – que não conseguem vencer, por vezes, a prolixidade, mas que, por vezes também, dominam, persuadem e arrebatam...”, imprimiu-se no *Boletim*: “Possui a exuberância, a veemência, a paixão; por vezes, domina, persuade e arrebatam”. Desapareceu, portanto, a referência à *prolixidade*.

Se refiro este pormenor textológico, não é, obviamente, para diminuir os méritos do então jovem plúmbeo e romancista, mas tão-somente para, em nome de critérios de ordem estética que têm caracterizado a minha obra de ensaísta e de crítico, reconhecer que, efectivamente, a restrição feita por Júlio Dantas era completamente fundada e justa. De facto, tendo relido, nos últimos tempos, para elaboração da presente comunicação, quase toda a obra de ficção de Sousa Costa, sinto que a *prolixidade* (por vezes associada ao demónio de um estilo torrencial, embora, no essencial, mais presa ao próprio entrecho narrativo) é uma constante de todos os romances e novelas do autor. Acontece frequentemente, na leitura, termos a sensação de que muitas páginas poderiam ser, se não eliminadas, ao

menos reduzidas, depuradas, desbastadas, sem prejuízos para a estrutura da narrativa. A abundância de elementos parasitas – usando um termo da Teoria do Romance – tem, em certos casos, um efeito contraproducente.

Encarando, porém, os romances de Sousa Costa de um ponto de vista comum à História e à Ficção, que aliás se justifica num autor particularmente dotado para evocações históricas, não há dúvida de que alguns desses romances, a par do enredo central (sempre girando em torno daquilo a que o autor chamava “o sal e a pimenta de que o *Menino Cego* usa e abusa no tempero dos corações apegados ao amor”), desenrola-se uma trama sociocultural não menos sugestiva. Em *Fruto proibido*, que ostenta o subtítulo de “cenas da vida de Coimbra”, convivemos com a greve académica de 1907; em *Coração de mulher* com o período das incursões monárquicas, conspirações e prisões políticas de 1912-1913; em *Ressureição dos mortos* (1917) com a Riba-Douro aristocrática dos últimos tempos do absolutismo e os motins da Patuleia; em *Fui eu que matei?* (1937) percorremos minuciosamente aspectos da geografia e do quotidiano de Vila Pouca de Aguiar e outras terras do distrito de Vila Real, sempre debruçados sobre o Córgo, o rio da mais enternecida saudade do autor; em *Miss Século XX* (1936) viajamos pelas Caldas das Taipas, por Briteiros, sempre vigiados pelos troncos onde se arrimam os pés da vinha-de-enforcado; em *As filhas do pecado* (1946) assistimos aos trabalhos ciclópicos da reconquista das terras do vinho-fino para a agricultura do Alto-Douro, depois dos tremendos estragos provocados pela filoxera. Podíamos alongar a lista de exemplos destes cruzamentos contínuos entre História, Geografia e Ficção, até chegarmos ao último romance de Sousa Costa, inspirado na vida lisboeta do tempo da Guerra Mundial de 1939-1945, cujo título faz a aproximação da chama do conflito militar com a eterna chama ateada pelo Menino Cego: *Entre duas labaredas* (1947).

No prefácio a este último romance Sousa Costa evoca uma cena da sua infância, aliás já lembrada num capítulo do livro *Milagres de Portugal* (1921?). Deu-se o caso de estarem a banhos na Póvoa de Varzim, em simultâneo, os pais do futuro romancista e o casal Camilo/Ana Plácido, os quais se visitavam amiúde. Uma vez, estando o menino Alberto (o nome completo de Sousa Costa era Alberto Mário de Sousa Costa) com a mãe, na presença de Camilo, a piedosa senhora manifestou em voz alta o desejo de que Alberto viesse a ser padre, como outros antepassados da família.

Interveio o mestre: “Hum... Não serás Padre, meu rapaz. Isto não é matéria-prima de clérigo.” E voltando-se para a mãe: “Veja-me estes olhos, minha senhora. Este sujeito o que há-de dar... é muita esmola de baptizado aos clérigos trasmontanos.” Muitos anos depois desta cena, comentava Sousa Costa que só pagara o baptizado do primeiro filho e que os das outras duas crias tinham sido suportados pelos padrinhos. E, bem-humorado, acrescentava:

Sim, senhor. Não fui prior de sobrepeliz e esmola de pé de altar. Entretanto, tomei ordens menores na colegiada de que o mestre de Seide foi, é e será, no curso dos séculos, o Sumo Sacerdote – a sobrepeliz do sacrifício divino substituída pela grilheta dos trabalhos forçados; o prato de lentilhas de Esaú, em vez dos dízimos e primícias da oblata estatuída pelos mandamentos da Santa Igreja. Eu próprio, minorista do magro colégio, por minhas mãos profanas tenho levado à pia do baptismo, fazendo cruces na boca, já não sei quantos filhos bastardos, repito. Neste jardim da Europa é fruto de bastardia, mesmo que não figure nos assentos como filho de pai incógnito, o romance do romancista e o poema do poeta, romancista e poeta obrigados a frequentarem, por inexorável fatalismo, o amor à pena às escondidas dos deveres da profissão (*Entre duas labaredas*, págs. 11-12).

Contados por alto, os filhos bastardos de Sousa Costa, uns gordos e outros magros (os primeiros a levarem a palma aos segundos, por centenas de quilos de diferença), são à roda de uns cinquenta. Admito que alguns deles sejam excessivamente datados, sobretudo os contos, as novelas e os romances, apesar da actualidade das reflexões sociológicas e geográficas que se nos deparam nos interstícios textuais. Em contrapartida, as evocações históricas são, em não poucos aspectos, autênticas obras-primas: delas destaquei atrás as *Páginas de sangue*; acrescento-lhes agora as quatro obras em fascículos que tanto êxito obtiveram nos anos quarenta do século passado (*A Mulher, Os grandes dramas da História, Imortais do amor na História e na lenda e Grandes dramas judiciários*, respectivamente de 1940, 1942, 1943 e 1944) e, a coroar este magnífico friso, o *Camilo no drama da sua vida* (1959), publicado quando completava 80 anos de vida e 54 de vida literária. Do admirável conjunto de trunfos da maturidade plena de Sousa Costa, retenho, em primeiro lugar, o papel fundamental atribuído à mulher, aliás uma constante de



toda a obra do escritor: não a mulher-fada, anjo-do-lar, imagem banalizada pelos impenitentes românticos de todas as épocas, mas a mulher com direitos e deveres sociais rigorosamente idênticos aos do homem; não a mulher desta ou daquela parte do globo terrestre, mas a mulher de qualquer país, de qualquer condição ou de qualquer grau de instrução; em segundo lugar, a convicção – sempre à tona da escrita de Sousa Costa – de que a justiça dos homens está intimamente relacionada com o meio onde é praticada; em terceiro lugar, – são palavras suas –, “os quês e porquês do apego de cada um e de todos à sua terra, à sua terrinha, por mais humilde e recatada, para cada um e todos nós sempre a mais linda do mundo (...): é que nos prendem à nossa terra as duplas raízes dos últimos ascendentes mortos e dos primeiros afectos vivos – raízes que só morrem quando em nós morre a vida ou a saudade”.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 13 DE SETEMBRO DE 2011)